

Taina Silva Santos

Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp), Programa
de Pós-Graduação em História,
Campinas, SP, Brasil.

tainaapss@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-79257567>

Ouvindo os silêncios, repensando a História e produzindo conhecimento sobre o passado das mulheres negras no Brasil: o caso de Rita Cesarino

Listening the Silences,
Rethinking History and
Generating Knowledge about
the Past of Black Women in
Brazil: the Case of Rita Cesarino

Resumo: Neste artigo analiso as tendências dos estudos sobre as mulheres negras na historiografia brasileira. Comparo aspectos desse cenário com a agenda de pesquisa pautada por intelectuais negras do Brasil e dos Estados Unidos, para evidenciar questões que ficaram às margens de abordagens historiográficas e geraram estereótipos sobre as mulheres negras. Assim, demonstro como essas percepções têm influenciado a produção de pesquisas sobre as mulheres negras e apresento os recursos teóricos e metodológicos mobilizados em uma pesquisa biográfica sobre três gerações de mulheres da família Cesarino, abordando temas como mobilidade social, desigualdades de raça, gênero e classe no século XIX.

Palavras-chave: Mulheres negras; Intelectuais negras; História do Brasil.

Abstract: In this article I analyze trends in studies on Black women in Brazilian historiography. I compare aspects of this landscape with the research agenda outlined by Black intellectuals in Brazil and the United States, which has been incorporated into historiography. Additionally, I examine issues that have been sidelined in historiographical approaches and have given rise to

stereotypes about Black women. Guided by this discussion, I demonstrate how these perceptions have influenced the production of research on black women. I also present the theoretical and methodological resources that I employed in conducting a study on three generations of women from the Cesarino family, addressing issues such as social mobility, racial, gender, and class inequalities in the 19th century.

Keywords: Black women; Black intellectual women; Brazilian history.

A formação da classe trabalhadora brasileira tem sido objeto de uma série de estudos que enfocam temas como escravidão, liberdade, movimento operário, entre outros processos e personagens que marcam a virada do século XIX para o XX, momento de derrocada do sistema escravista e edificação da primeira República. Ainda que essa frente de pesquisa tenha produzido resultados promissores, a história das mulheres negras nesse contexto ainda é pouco explorada. E esse fator tem promovido apagamentos em relação à participação dessas trabalhadoras nos mundos do trabalho e às formas que elas experienciaram a vida laboral¹.

Diante dessa conjuntura, a proposta deste artigo é analisar o trânsito e os diferentes papéis que essas mulheres ocuparam no mercado de trabalho, como as posições delas foram afetadas pelas hierarquias sociais e, também como elas e suas comunidades lidaram com as interdições que o racismo e o sexismo impuseram em suas vidas. O foco central da análise é a trajetória de uma empregada doméstica chamada Rita Cesarino, nascida na segunda metade do século XIX e oriunda de uma família de professoras negras que tiveram grande prestígio na cidade de Campinas nesse mesmo período.

Ao confrontar a trajetória de Rita com as de outras mulheres da sua família nascidas na mesma geração, exploro questões como o impacto do racismo e do sexismo na posição que ela e a irmã Balbina Cesarino Silva ocuparam no mercado de trabalho. Também analiso as memórias que foram construídas e apagadas sobre elas e como elas estão relacionadas com as discriminações de raça, gênero e classe produzidas na época em que elas viveram.

¹ Alguns balanços historiográficos têm levantado questões nesse sentido. Destaco o que foi escrito por Álvaro Nascimento, "Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil", *Estudos Históricos*, 59 (2016), pp. 607-626; o que foi escrito por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira: "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980", *Cadernos AEL*, 26 (2009), pp. 11-50; e o que foi escrito por Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro: "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho", *Tempo Social*, 18 (2006), pp. 217-240.

A História das mulheres negras a se fazer na História do Brasil ainda a ser feita

Assim como no tempo presente, as mulheres negras possuíam papéis de grande relevância nas dinâmicas políticas, culturais e econômicas do passado. Contudo, as narrativas oficiais sobre a História do Brasil ainda não deram conta de visibilizar essas experiências e agências da forma devida, situação que promove sucessivos apagamentos da participação feminina e negra nos processos que marcaram a formação do país. Mesmo que já exista um número considerável de estudos históricos que mostram as experiências e agências das mulheres negras em diferentes contextos e espaços, e destaquem o protagonismo delas², ainda há muito que se fazer para que seja restituída a essa população o papel que lhe cabe por direito na História do Brasil.

Podemos considerar esse cenário como algo ainda mais crítico, se considerarmos que o acesso à informação, à História dos povos africanos e dos afrodescendentes, assim como o direito à memória, são determinações previstas na legislação brasileira e não contemplam de forma devida a população de mulheres negras, em contexto no qual elas representam uma grande parte da população no país³. Em 2009, as mulheres negras já eram maioria numérica entre as mulheres, representando 49,9% da população feminina⁴. E, ainda assim, eram e continuam sub-representadas na produção historiográfica, em um contexto no qual as reivindicações por políticas de reparação histórica de grupos socialmente oprimidos ganham mais força e as demandas sociais pela ampliação das narrativas sobre o passado se tornam cada vez mais evidentes⁵.

A população negra brasileira tem sido um dos grupos mais ativos nesse campo, em especial as mulheres negras e os movimentos dos quais

² Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 7.

³ Brasil. Decreto n. 7.037, de 21 de Dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH e dá outras providências. Distrito Federal, 2009. Ver também: Brasil. Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Distrito Federal: 2003.

⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA, 2011, p. 17.

⁵ Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas. "Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores". *Antíteses*, 5 (2010), pp. 21-37.

elas fazem parte⁶. De forma geral, esses grupos demandam que os acontecimentos marcados pela violência e pelo sofrimento, decorrentes dos processos de discriminação por raça e gênero, não sejam esquecidos assim como as contribuições dessa população para a sociedade em diferentes campos e de formas variadas. Para esses movimentos sociais, os processos que produziram e produzem a precarização da vida dos africanos e dos afrodescendentes precisam ser narrados pelos sujeitos que foram destituídos de poder de fala e auto-definição⁷, de modo que essas interpretações do passado também passem a fazer parte do conjunto de memórias coletivas da nação e, assim, sejam registradas na História para que as interdições à cidadania das mulheres negras e de suas comunidades possam ser reconhecidas e as/os sujeitas/os discriminadas/os se tornem alvo de políticas compensatórias, inclusive no campo da produção do conhecimento⁸.

Esses movimentos impulsionaram o aumento significativo das políticas de ação afirmativa destinadas a esse público a partir dos anos 1990 no campo do ensino de História, das relações étnico-raciais e do acesso às universidades brasileiras. Ao disputar os sentidos políticos dos usos do passado e apontar que as narrativas hegemônicas sobre a história da população negra foram construídas para legitimar as desigualdades

⁶ Também é notável o destaque da população indígena e transsexual nesse sentido. No ato de posse da nova gestão do Arquivo Nacional, em março de 2023, representantes desse movimento explicitaram suas demandas e os projetos de disputa que têm protagonizado no campo do direito à memória e à História. Para saber mais, ver: Arquivo Nacional. *Cerimônia de posse da diretora-geral do Arquivo Nacional*. 17 de Março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PL9X2i3PfbY>. Acesso: Outubro de 2023.

⁷ Patrícia Hill Collins mostra um conjunto de situações em que as mulheres negras estadunidenses não se posicionaram de forma passiva em relação às imagens de controle baseadas em estereótipos racistas e sexistas, e produziram conhecimento crítico sobre si mesmas, valorizando suas próprias identidades e trajetórias coletivas dentro e fora do espaço acadêmico. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135. Beatriz Nascimento, historiadora negra brasileira, também abordou essa questão diversas vezes, pensando nas experiências das mulheres negras no Brasil: *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em tempos de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018.

⁸ Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas. *Em torno do passado escravista, op. cit.* pp. 21-29. Parte no movimento da agenda do movimento de mulheres negras brasileiro das últimas quatro décadas pode ser acessada por meio dos documentos históricos preservados por organizações desse movimento e pela produção intelectual de suas militantes. Parte desses debates foram tratados no terceiro caderno Afro Memória do Afro Cebrap. Para saber mais, ver: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Cadernos Afro Memória: acervo Geledés*, 2 (maio-agosto de 2023). No mais, cabe destacar que vejo os movimentos sociais como produtores de história, assim como Michel-Rolph Trouillot. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016, pp. 47-49. Sobre a relação entre educação, saber, poder e controle das narrativas sobre a verdade histórica, ver: Sueli Carneiro. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.

raciais e de gênero na sociedade contemporânea, uma das principais estratégias utilizadas pelas intelectuais negras foi evidenciar o outro lado da História do Brasil, marcado pelo protagonismo de mulheres e homens africanos e afrodescendentes e, também, pela hostilidade e opressão em relação a elas e eles⁹.

O ativismo das mulheres negras, em particular, foi fundamental para a ampliação da agenda historiográfica brasileira que se formou a partir da década de 1980, ainda que esse fato não possua o reconhecimento devido por parte das historiadoras e dos historiadores. De lá para cá, o número de estudos sobre a mulher negra na História têm crescido, mesmo que ainda existam alguns campos pouco explorados, como a presença dessa população no mercado de trabalho livre, em posições que não estejam relacionadas com o trabalho doméstico e com o trabalho sexual¹⁰. Esse tema, por exemplo, foi amplamente debatido por ativistas negras, pelo menos, desde a década de 1960 e, também, faz parte da produção intelectual dessas mulheres, porém ele não foi incorporado por completo na agenda historiográfica¹¹.

Intelectuais como Beatriz Nascimento¹², Lélia González¹³, Sueli Carneiro¹⁴, Maria Aparecida Bento¹⁵ e Luiza Bairros¹⁶, por exemplo, deram

⁹ A Constituição de 1988 é um marco importante nesse sentido, pois ela reflete certa expansão da noção de direito à cultura. Na carta magna, a proteção a culturas afro-brasileiras e indígenas foi demarcada pelos artigos n. 215 e 216 que garantem a todas brasileiras e brasileiros o exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, a difusão das culturas nacionais e reconhece a importância da proteção do patrimônio cultural com a participação da população. Foi esse documento que também reconheceu o direito à terra das populações remanescentes de quilombos. Nos anos posteriores, a promulgação da lei 10.639/2003, das diretrizes escolares para educação das relações étnico-raciais para o ensino da História e da Cultura afro-brasileira, do Programa Nacional de Direitos Humanos e da lei 11.645/2008 também foram representativas nesse sentido. Para saber mais, ver: Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas, *Em torno do passado escravista*, op. cit. pp. 21-29.

¹⁰ A produção historiográfica que enfoca o trabalho doméstico e a prostituição é representativa. Flávia de Souza Fernandes sistematizou boa parte desses trabalhos na introdução da sua tese de doutorado. Ver: *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro-1920)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017. Eu tenho feito esforços similares considerando a produção sobre o trabalho doméstico e a prostituição. Ver: Taina Silva Santos. "Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho: caminhos trilhados e trajetos que ainda podem ser percorridos", in: Lúcia Helena Oliveira Silva, Jaime Rodrigues e Airton Félix Silva Souza (org.). *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023.

¹¹ Taina Silva Santos. *Mulheres negras, mercado de trabalho, racismo e sexismo (Campinas, 1876 - 1892)*. Mestrado em História: Universidade Estadual de Campinas, 2013, p. 21.

¹² De Beatriz Nascimento, destaco os seguintes textos: "Por uma História do Homem Negro, publicado em 1974"; "A mulher negra no mercado de trabalho, publicado em 1976"; "Kilombo e memória comunitária, publicado em 1982", presentes em *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual*, op. cit..

contribuições relevantes a esse debate e questionaram as imagens hegemônicas de homens e mulheres negras na História do Brasil como sujeitos passivos, submissos, objetificados ou/e em posições de servidão. Essa crítica foi uma das principais frentes às quais essas mulheres se dedicaram nas últimas três décadas do século XX (momento de grande efervescência no campo do pensamento social, dos estudos culturais e da própria historiografia), tocando em questões importantes, como a noção de *agência* a qual a consolidação nos estudos históricos é atribuída à influência da obra de E. P. Thompson¹⁷.

A obra dessas autoras têm sido recuperada por jovens intelectuais e ativistas negras, interessadas pelos temas abordados nessa produção e mobilizadas para produzir mais estudos acadêmicos ou não sobre mulheres negras, raça e gênero. Em passos vagarosos, e num caminho cheio de percalços, graças a essa produção, nós caminhamos para a formação de um campo de estudos sobre as mulheres negras no Brasil que tem como centro do debate a reformulação e ampliação das narrativas históricas em relação a essa população¹⁸.

Sem dúvidas, o pouco reconhecimento da importância dos movimentos de mulheres negras para as transformações na produção da História assim como a pouca diversidade de pesquisas produzidas sobre essa população é consequência do baixo número de mulheres negras nos cursos de pós-graduação no Brasil, apesar do efeito positivo que as políticas de cotas raciais têm tido no ensino superior. Ainda não há dados disponíveis sobre a quantidade de mulheres negras produzindo

¹³ Destaco os seguintes textos de Lélia González: "Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos na exploração da mulher"; "Racismo e sexismo na cultura brasileira"; "Mulher Negra, essa quilombola"; "E a trabalhadora negra, cumé que fica?" e "A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica" em: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

¹⁴ Sueli Carneiro. "Mercado de Trabalho", in: Sueli Carneiro. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 107-118.

¹⁵ Maria Aparecida Bento. *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

¹⁶ Luiza Bairros. "Nossos feminismos revisitados". *Revista Estudos Feministas*, 2 (1995), pp. 458-463.

¹⁷ Em *O quilombismo*, Abdias do Nascimento reforça a importância da participação de intelectuais negras e negros nesse processo e explicita a agenda do movimento negro brasileiro que viria a ser incorporada pela historiografia. Ver: *O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Perspectiva/ IPEAFRO, 2019, p. 287. Dessa forma, o autor mostra outra frente de debates com a escola paulista de sociologia, além daquela empreendida na historiografia, por nomes como Peter Eisenberg, Robert W. Slenes, Silva Lara, Sidney Chalhoub, João José Reis, Hebe Mattos, entre outros.

¹⁸ Ver: Kia Lilly Caldwell. "A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil". *Revista da ABPN*, 1 (mar-jun 2010).

conhecimento, mas sabe-se que apenas 15% dos discentes de pós-graduação no Brasil são negros¹⁹.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMA/UFRJ), em 2020, 49% das estudantes de mestrado em História eram mulheres no Brasil, assim como 46% das estudantes de doutorado da mesma área²⁰. O estudo desenvolvido pelo centro de pesquisa com base na Plataforma de Dados Abertos da CAPES ainda não possui informações sobre raça, o que nos impede de saber a quantidade de mulheres negras que estão produzindo historiografia no país. A coleta de informações sobre a cor das e dos estudantes foi instituída pelo Ministério da Educação apenas no ano de 2016, de modo que ainda não existe um censo das alunas e alunos de pós-graduação que permita analisar o perfil dos discentes a partir dos quesitos raça e gênero. No entanto, conforme é possível checar no portal Gênero e Número, apenas 15% das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi distribuído para mulheres pretas e pardas, em 2017²¹.

Embora as informações que nos permitam mensurar a profundidade das desigualdades raciais e de gênero na produção acadêmica sejam escassas, os dados aos quais temos acessos impressionam e revelam as disparidades que têm impactado de forma direta a produção historiográfica realizada e ensinada no país. O número reduzido de pessoas negras, em especial de mulheres negras, nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras limita as perspectivas que orientam as abordagens historiográficas, a escolha dos temas, dos problemas, das referências e dos sujeitos históricos tratados nas pesquisas do campo.

Como destaca Patrícia Hill Collins, os olhares de mulheres negras sobre suas próprias comunidades podem revelar e tensionar as dinâmicas

¹⁹ Elstor Hanzen. "Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico". *Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>. Acesso: Setembro de 2023.

²⁰ André Félix e Wilian Bryan da Silva Souza. Dados da participação das mulheres na ciência. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/>. Acesso: Setembro de 2023.

²¹ Lola Ferreira. "Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia". *Gênero e Número*, 20 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso: Setembro de 2023.

de poder que têm estabelecido imagens de controle²² e reproduzido estereótipos negativos sobre essas personagens. De modo que, as mulheres negras produzindo interpretações sobre si podem desenvolver análises mais amplas, com base em referências, valores e símbolos desvalorizados nos espaços elitistas e ocupados em maior parte por pessoas alheias às experiências das comunidades negras, como ainda acontece na academia²³.

As tendências que observo nos estudos sobre as mulheres negras no final do século XIX e no início do século XX são um bom exemplo nesse sentido. Apesar de esses trabalhos transgredirem questões morais e éticas do tempo em que eles foram produzidos e enfocarem as agências e o protagonismo das mulheres negras, destacando a capacidade de articulação e a ação política dessa população, a representação das mulheres negras nessas posições colaborou para a naturalização dos nossos corpos e, conseqüentemente, do nosso passado nesses papéis. De modo que o impacto das desigualdades de raça e gênero, que mantiveram as trabalhadoras negras em posições subalternas no mercado de trabalho nos anos finais da escravidão e que preservaram essa tendência ao longo de todo o pós-abolição, são pouco problematizadas e ainda estabelecem tímidos debates com os estudos que enfocam a História do racismo e da racialização²⁴.

Para avançar nesse sentido, nós, historiadoras e historiadores que nos dedicamos a produzir conhecimento sobre essas personagens, temos enfrentado uma série de desafios. Entre eles, chegar o mais perto possível do ponto de vista dessas mulheres e reconhecer aspectos fundamentais que marcam a História ou as Histórias das Mulheres Negras em diferentes contextos e temporalidades por meio da interpretação de conjuntos documentais quase sempre áridos e produzidos por terceiros²⁵.

A pressão e a preocupação dos movimentos negros e de mulheres negras estão implicando no surgimento de instituições arquivísticas e centros de memória no Brasil, focados na preservação de documentos produzidos por mulheres negras no século XX, como é o caso da [Casa Sueli Carneiro](#), do [Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés](#), do [Projeto Afro Memória](#), da [Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolu](#), por exemplo. Contudo, ainda é difícil acessar com facilidade a

²² Representações que definiram valores sociais e raciais ao manipular ideias e representações sobre a condição das mulheres negras. Patrícia Hill Collins. *Pensamento feminista negro*, op. cit., p. 135.

²³ Idem, pp. 206-207.

²⁴ Taina Silva Santos. "Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho", op. cit.

²⁵ Debora Gray White. "Mining the Forgotten: Manuscript Sources for Black Women's History". *The Journal of American History*, 74 (1987), pp. 237-241, p. 245.

documentação produzida em períodos anteriores, que nos permita uma aproximação mais direta dos pontos de vista e da visão das mulheres negras.

Certamente, isso é efeito das políticas de organização dos arquivos mais antigos, fundados e desenhados em um período no qual a maior parte das pesquisadoras e dos pesquisadores ainda não tinham tanto interesse nas histórias das populações negras, e quando as demandas dos movimentos sociais ainda não tinham o impacto que exercem nos tempos atuais. Essa forma de tratar as memórias sobre a participação histórica da população brasileira nos processos que marcam a formação e a sustentação do país, fez com que os dados sobre a população negra, e em especial, sobre as mulheres negras não estejam tão evidentes nos catálogos, nas descrições dos fundos e das coleções, o que dificulta ainda mais o trabalho de pesquisa. E, durante um período considerável, isso serviu como argumento para que as pessoas desinteressadas nessas abordagens propagassem a ideia de que não havia documentação histórica sistematizada e em grande volume que permitisse o estudo das experiências de mulheres e homens negros no século XIX, por exemplo²⁶.

Diante desses desafios, atravessados pelo impacto das questões sociais, políticas, arquivísticas, historiográficas e burocráticas, me propus a realizar uma pesquisa sobre mulheres negras, mercado de trabalho, racismo, sexismo na cidade de Campinas, entre os anos 1876 e 1892²⁷. Ao longo desse processo, experimentei a utilização de recursos ainda pouco usados pela historiografia social do trabalho para lidar com as adversidades que marcam esse campo de pesquisa, as quais compartilho neste artigo.

A partir de um estudo acerca das profissões que as mulheres exerciam nesse período, e de um levantamento do perfil das trabalhadoras atendidas no Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, dos censos de 1872 e 1890, fontes sobre a população produzidas pela Assembléia Legislativa Provincial e almanaques do período, reconstituí o mercado de trabalho da Campinas das últimas três décadas do século XIX. Por meio de fontes que contêm dados qualitativos, mas, sobretudo, quantitativos, elaborei um banco de dados com, aproximadamente, nove mil registros de trabalhadoras e trabalhadores pobres da região com informações sobre cor, condição social, idade, profissões, estado civil, doenças, entre outras.

²⁶ Sobre o argumento da inexistência de fontes, ver: Robert W. Slenes. "Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?". *Revista Brasileira de História*, 10 (1985), pp. 166-196, p. 171.

²⁷ Taina Silva Santos. *Mulheres negras, mercado de trabalho, op. cit.*

Por meio da tabulação, análise e cruzamento dessa documentação, verificou-se a existência de tendências raciais na distribuição das mulheres entre as ocupações urbanas. Ambiente que, cada vez mais, foi influenciado pelas teorias produzidas na Medicina com intenção de justificar as desigualdades sociais, entre elas, as de classe, raça e gênero. Para entender a infraestrutura dessas políticas, comparei teses médicas produzidas no período com os livros de diagnósticos das pacientes internadas na Santa Casa de Misericórdia e, com base nas análises desses documentos, observei aspectos da história do racismo e do sexismo no Brasil e os impactos desse processo nas condições de vida das mulheres negras e de suas famílias numa perspectiva macro.

Esse estudo permitiu apresentar uma interpretação mais detalhada das peculiaridades dos processos de discriminação dessas trabalhadoras no final do Império, no início da primeira República. E, por meio dessa análise, mostrei os caminhos que levaram à consolidação das hierarquias raciais e de gênero ao longo da primeira metade do século XX.

O tratamento dado às fontes, especialmente, à tabulação delas, e os recursos interpretativos oferecidos pela bibliografia produzida pelas intelectuais negras que tratei nos parágrafos anteriores, sensibilizaram meu olhar para perceber que, por mais que o trabalho doméstico tenha sido uma profissão marcante na vida das trabalhadoras negras, ele não conforma a única experiência dessa população no mundo laboral. Desconfiar que a posição de doméstica fosse um dado contínuo da História das Mulheres Negras possibilitou enxergar um ambiente repleto de contradições, amplo e atravessado por nuances e diversas posições que foram mudando conforme o avanço do racismo científico e das políticas sanitárias.

Observei também um número considerável de mulheres brancas que transitaram nessa dimensão, produziram e reproduziram mecanismos de diferenciação que garantiram posições de maior prestígio dentro do trabalho doméstico, a profissionalização de algumas atividades, como a de enfermeira; e a intensificação da perseguição de outras, como a de ama de leite²⁸.

Orientada por essas evidências, identifiquei que o desaparecimento das ganhadeiras no mercado de trabalho campineiro (um ofício comum para mulheres negras nos centros urbanos do século XVIII e da primeira metade do século XIX), por exemplo, foi decorrente do processo de desvalorização de uma profissão na qual as trabalhadoras negras se destacavam. De modo que colaborou para o embranquecimento das profissionais que exerciam esse tipo de trabalho, tal como para a

²⁸ Idem, pp. 45-48, pp. 68-71.

configuração de tendências raciais que vigoraram no mercado de trabalho urbano e prejudicaram a circulação da trabalhadora negra nesse espaço.

A diversificação dos recursos teóricos e metodológicos foram decisivos para entender que mulheres negras, em um primeiro momento, foram preteridas em diversas posições dos mundos do trabalho, inclusive no universo de trabalhadoras pobres e, depois, reposicionadas no trabalho doméstico como seres naturalmente dispostos a essa profissão e confinadas ali por força da redução de oportunidades para a comunidade negra, em especial, para as mulheres na segunda metade do século XIX²⁹.

Os dados quantitativos foram fundamentais para identificar as tendências raciais, o perfil da população de trabalhadoras e dialogar com debates importantes da área da História Social e da História do Trabalho, como a formação do mercado de trabalho livre e a presença das mulheres negras livres e libertas nesse ambiente.

Assim, extraí desse banco de dados informações sobre uma empregada doméstica cujo nome era Rita. Ela foi uma das descendentes de uma família negra residente na cidade de Campinas, a família Cesarino. Ainda que pesquisas desenvolvidas até o momento tenham localizado um número considerável de informações sobre os membros dessa família que atuaram na educação, na imprensa e outras posições que favoreceram a popularidade deles e delas na cidade, Rita Cesarino pouco aparece nas memórias sobre a família³⁰. Isso também é recorrente em documentos textuais e imagéticos e, principalmente, nos depoimentos orais que tenho coletado com os descendentes dos Cesarino.

Ainda assim, os dados que encontrei nos registros de matrícula dos enfermos da Santa Casa tornaram-se um recurso potente para uma pesquisa sobre a história dessa trabalhadora negra e pobre, feita em diálogo com as redes das quais ela fez parte, um universo atravessado por diferentes realidades e formas de se diferenciar entre a população negra e feminina. De modo que, ao comparar esses dados com outros documentos e fontes levantados em minha dissertação, as informações coletadas nos documentos da Santa Casa têm ajudado a entender os possíveis motivos do apagamento dessa mulher da história dos Cesarino e visualizar os impactos da discriminação racial e de gênero que corroboraram para que ela não ocupasse as mesmas posições que a avó, as tias, a mãe, a prima, o primo e a irmã no mercado de trabalho.

²⁹ Idem, pp. 74-123.

³⁰ Daniela Kabengele. *A trajetória do "pardo" Antônio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Ver também: Nunes Eliane Silva. *Na transição rural-urbana: a passagem da escola mista do bairro Felipão na história da educação pública campineira*. Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

Racismo, sexismo e mobilidade social: três gerações de mulheres da família Cesarino

Ao visitar a cidade de Campinas, no interior de São Paulo, em 1875, d. Pedro II destacou a boa reputação do Colégio Perseverança entre os campineiros. Ao ressaltar a distinção do externato, o monarca não deixou passar em branco a cor da pele dos fundadores e administradores da escola: Antonio Ferreira Cesarino e Balbina Gomes da Graça Cesarino, um casal de “pardos”.

Inaugurado em 10 de Março de 1860, a primeira sede do Colégio Perseverança foi na rua Alecrim nº 1 e a segunda na rua do Comércio, atual rua General Osório. O externato seguia o currículo padrão da educação para mulheres e meninas daquela época, professava a fé católica e, por isso, conseguiu se constituir como uma instituição respeitada³¹. O Colégio foi dirigido por mulheres negras ao longo de 20 anos de existência. A princípio, o externato foi liderado pela matriarca Balbina Gomes da Graça Cesarino e, a partir da década de 1870, por suas filhas Amância Cesarino e Bernardina Cesarino, que também atuavam como professoras assim como Balbina Cesarino e Silva, outra descendente do casal. E, apesar de seguir boa parte das ideias correntes na época, como o sanitarismo e a fé cristã, o externato foi um instrumento importante para a promoção de melhorias nas condições de vida das famílias de crianças negras letradas por essas mulheres, em um contexto de aprofundamento das desigualdades raciais, de gênero e da redução das oportunidades de trabalho para a população negra³².

Nascido em Paracatu, Minas Gerais, no ano de 1808, provavelmente na condição de liberto, Antônio Cesarino foi alfabetizado pela tia Marianna, que o criou após o falecimento precoce da cunhada. O irmão dela, Custódio, pai de Antônio, era tropeiro e, por isso, o trabalho impôs um deslocamento constante que dificultou sua participação na criação do filho. De acordo com Daniela do Carmo Kabengele, Marianna e Antônio moravam numa fazenda chamada Gaio, onde a tia alfabetizou o sobrinho. Entre 13 e 14 anos, Antônio passou a ficar sob a guarda do pai e, com ele, se deslocou para cidade de Campinas, passando a trabalhar como feitor

³¹ *Almanach Campinense para 1881*. Campinas: Typografia do *Diário de Campinas*, 1880, pp. 91-92 (consultado na Hemeroteca Digital da BN).

³² Daniela Kabengele. *A trajetória do “pardo”*, op. cit., p. 84, p. 115. Sobre os trânsitos no mercado de trabalho, ver: Taina Silva Santos. *Mulheres negras, mercado de trabalho*, op. cit., pp. 127-132.

na fazenda de João Francisco de Andrade, capitão mor da Vila de São Carlos, de quem era agregado³³.

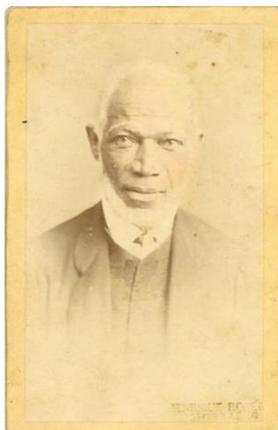


Figura 1 - Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892).
Fonte: Acervo da família Cesarino Massarotto.

Ao longo dos anos que trabalhou na fazenda, ele estudou música com Maneco, Manuel José Gomes, maestro e pai do renomado músico Carlos Gomes. Após sair da fazenda, ele trabalhou como carpinteiro, músico e alfaiate até casar com Balbina, por volta de 1820. Depois do casamento, Cesarino atuou no ramo do vestuário, comercializando tecidos, e como mascate, em Curitiba. Ao retornar para Campinas, fundou o Colégio Perseverança ao lado da esposa, onde ele também lecionou, pois conseguiu obter o título de professor³⁴.

Balbina era uma mulher negra sobre a qual as pesquisas acerca da família Cesarino não conseguiram levantar muitas informações biográficas. Visto que ela trabalhava como educadora no Colégio Perseverança, podemos afirmar que fosse letrada e habilitada para tal função pelo título de professora³⁵. O fato de não terem sido localizados registros históricos anteriores ao seu casamento, sugere que partilhasse com o marido a mesma origem pobre.

³³ Daniela Kabengele. *A trajetória do "pardo"*, op. cit., pp. 29-33, p. 64.

³⁴ Idem, p. 87, pp. 143-145.

³⁵ Idem, p. 80.



Figura 2 – Balbina Gomes da Graça Cesarino.
Fonte: Acervo da família Cesarino Massarotto.

O casal teve dez filhos: Amancia, Zeferina, João Clímaco, Antonia, Maria Joaquina, Bartholomeu, Antonio, Aprígio, Bernardina e Balbina. Assim como a matriarca da família, as filhas do casal também sabiam ler e escrever e alcançaram uma formação elevada para a população feminina da época. Tanto na trajetória de Antonio e Balbina, como na dos filhos e filhas do casal, é evidente a preocupação com a educação, uma questão cara para população negra no Brasil ao longo da escravidão e do pós-abolição. Além de Maria, Bernardina, Amância e Balbina-filha terem sido letradas e formadas como professoras sabe-se que João, Aprígio e Bartholomeu também tiveram a educação garantida pela família e, por isso, ocuparam boas posições no mercado de trabalho³⁶.

João foi advogado provisionado, ofício também conhecido como rábula, o que lhe permitiu advogar sem título acadêmico, mas com autorização do poder judiciário. Além dessas atividades, ele também acompanhava e aconselhava os cidadãos nos órgãos de administração e nos tribunais. Aprígio foi jornalista e músico, trabalhou no *Diário de Campinas* e na *Gazeta de Campinas*. Bartholomeu atuou como marceneiro e carteiro, profissão conceituada na época, para a qual eram exigidas habilidades de leitura, escrita, aritmética elementar e atestado de bons antecedentes³⁷.

Essas experiências e trânsitos no mercado de trabalho livre mostram que as práticas de letramento protagonizadas pelas mulheres negras dessa família foram estratégias importantes para que esses trabalhadores e, sobretudo, trabalhadoras ocupassem lugares considerados respeitáveis e de prestígio social. O número de mulheres exercendo o ofício de professora era escasso em Campinas e, com

³⁶ Idem, pp. 115-119.

³⁷ Idem.

certeza, Balbina, a matriarca da família, sabia bem disso. No censo de 1872, apenas 5% das mulheres dessa região atuavam como docentes³⁸. De modo que, somente três das enfermas internadas no hospital da Santa Casa, entre 1876 e 1892, eram professoras e nenhuma delas era negra³⁹. Em período no qual a instrução passou a ser compreendida pela sociedade como um mecanismo de civilização, progresso e um elemento fundamental para que as libertas e os libertos vivessem em liberdade, o investimento no letramento feito pelos Cesarino foi uma maneira de tentar validar a cidadania, quando cada vez mais eram erguidas barreiras para a mobilidade social das pessoas de cor⁴⁰.

Ao longo da segunda metade do século XIX, as hierarquias sociais foram gradativamente justificadas pelo acesso à formação e a títulos acadêmicos cada vez menos acessíveis. De modo que a educação foi propagada como o meio pelo qual a população acompanharia o desenvolvimento social e econômico. Nesse contexto, a escola passou a ter grande importância para a sociedade, sendo compreendida como uma ferramenta para equalizar as desigualdades, mesmo que esse discurso não se confirmasse na prática devido à existência de dois tipos diferenciados de educação: uma voltada para os pobres e negros e outra voltada para as elites⁴¹.

Em 1872, apenas 5% das crianças entre 6 e 15 anos frequentava a escola⁴². O censo de 1886 não possui informações sobre instrução⁴³, porém os dados demográficos de 1890 apontam que, em Campinas, apenas 14% da população sabia ler e escrever⁴⁴. O letramento era algo distintivo e valioso para uma família negra de origem pobre e, por isso, a educação foi um princípio importante, passado de geração em geração entre as e os descendentes de Balbina Cesarino. Em entrevista concedida para a pesquisa, Flávia Cesarino Costa (tetraveta de Balbina) afirmou que os livros, por exemplo, são considerados "instrumentos de saber" entre os familiares até os dias de hoje. Segundo ela, as e os Cesarinos mais velhos

³⁸ Maria Sílvia C. B. Bassanezi (org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*, vol. III, p. 209.

³⁹ Matrículas de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, 1876–1892.

⁴⁰ Sobre a instrução e o letramento na segunda metade do século XIX, ver: Noemi Santos da Silva. *O "batismo na instrução": projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná Provincial*. Mestrado em História: Universidade Federal do Paraná, 2014.

⁴¹ Mauricéia Ananias. "Propostas de educação popular em Campinas: 'as aulas noturnas'". *Cadernos Cedes*, 51 (2020).

⁴² Maria Sílvia C. B. Bassanezi (org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*, vol. III, p. 228.

⁴³ *Idem*, vol. IV.

⁴⁴ *Idem*, vol. V. p. 162.

contam que Custódio Cesarino, pai de Antonio Cesarino (fundador do Colégio), era um liberto que chegou a Campinas carregando apenas livros em seu cavalo.⁴⁵

Ainda que a família Cesarino fosse de origem pobre, o público do Colégio Perseverança era composto por moças e meninas de famílias abastadas da cidade, além das meninas negras, das órfãs e pobres que estudavam com o apoio de bolsas financiadas pela subvenção da Intendência Municipal. Além de oferecer educação de ótima qualidade, o externato era referência na formação das moças para os serviços do lar. Em uma sociedade na qual se pregava que a mulher respeitável era aquela que cuidava dos filhos, da família e do ambiente doméstico, promover uma educação voltada para os trabalhos da casa e do cuidado era algo importante para as Cesarino, ainda que elas estivessem todas empregadas no externato e, por isso, tendo que dividir as funções externas com as tarefas domésticas.

Amância e Bernardina permaneceram solteiras a vida toda e dedicaram boa parte do seu tempo à docência e à manutenção do colégio. Esse empenho era necessário, pois ele gerava a principal fonte de renda da família. Isso explica porque o fechamento do externato teve grande impacto na vida das filhas e netas de Antônio e Balbina, como veremos a seguir⁴⁶.

Em 1869, durante a gestão de Amância e Bernardina, o Colégio Perseverança já passava por algumas dificuldades financeiras. Nesse ano, as diretoras enviaram para Câmara Municipal um pedido de isenção de impostos, alegando que o externato enfrentava problemas orçamentários que dificultavam a manutenção do espaço e o pagamento dos funcionários. Elas destacaram que os pais estavam velhos e eram sustentados pelos rendimentos do colégio, o que também pesava nas finanças da família. Três anos depois, em 1873, as irmãs requereram novamente à Câmara a dispensa dos tributos, alegando que a redução dos custos possibilitaria a continuidade do atendimento gratuito às meninas pobres⁴⁷.

Em certa medida, as dificuldades financeiras pelas quais passou o externato, que fechou em 1885, decorreram das instabilidades econômicas sentidas no Brasil a partir da década de 1870, que resultaram na crise do encilhamento sobre a economia nacional entre 1890 e 1891. Após um período marcado pela instabilidade monetária e oscilações econômicas causadas por crises internacionais, a Guerra do Paraguai e o

⁴⁵ Flávia Cesarino Costa. Entrevista. Entrevistadora: Taina Silva Santos, São Paulo, 2023, arquivo mp4 (40 min.).

⁴⁶ Daniela Kabengele. *A trajetória do "pardo"*, op. cit., pp. 85, 86, 87, 92, 115.

⁴⁷ Idem, p. 115, 116.

desmantelamento do sistema escravista, a política de encilhamento que aumentou a emissão do papel moeda em quantidade acima do necessário, causou o desequilíbrio da bolsa de valores. Esse processo levou a inflação às alturas, gerou altos índices de desemprego, recessão e crise cambial⁴⁸.

Somados a esses eventos, os sucessivos falecimentos na família colaboraram para o abalo das condições financeiras dos Cesarino. Em 1882, João Clímaco morreu. Maria Joaquina faleceu em 1889, na primeira epidemia de febre amarela. Amancia e Bernardina vieram a óbito entre o final dos anos 1880 e o começo da década de 1890. Em 1892, Antonio Cesarino também morreu. Foi um momento delicado para a família que, sem os rendimentos do externato, encarou uma série de outras dificuldades.



Figura 3 – Alice Ferreira Cesarino (1880-1942).
Fonte: Acervo da família Cesarino Massarotto.

Ainda que a perseverança das mulheres dessa linhagem tenha dado resultados importantes, como a garantia do acesso à educação, foram poucos as e os descendentes da família Cesarino que conseguiram manter uma posição estável e transmitir posses para gerações futuras. João Clímaco teve dois filhos sobre os quais não se têm pistas. Bartholomeu teve cinco filhos: João Cesarino, Aristides Cesarino, Gatino Cesarino, Alice Cesarino e Antonio Cesarino.⁴⁹ Não tenho notícias sobre o que aconteceu com os três primeiros. De acordo com Kabengele, a única filha mulher casou-se com um descendente de italianos, Affonso Massarotto, que

⁴⁸ Ian Coelho de Souza Almeida e Marcus Antonio Croce. "Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana". *Revista de Economia do Centro-oeste*, 2 (2016), pp. 19-36.

⁴⁹ De acordo com os dados do *Family Search*, Alice Cesarino nasceu em 1880 e morreu em 1942. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/tree/results?q.givenName=alice&q.surname=cesarino>. Acesso: Maio de 2023.

tornou-se um comerciante promissor em Campinas e, por isso, essa parte da família conseguiu acumular alguns bens, como imóveis⁵⁰.

O outro filho de Bartholomeu, Antônio Ferreira Cesarino-neto, nascido em 1881, foi alfabetizado em casa pelas tias e pela mãe. Na juventude, frequentou o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e, depois, se casou com Júlia de Franco Andrade, uma quitandeira, descendente de indígenas (segundo relatos da família) que trabalhava nas ruas de Campinas. Ele foi professor do Colégio Culto à Ciência e, mesmo com uma ocupação de prestígio, não conseguiu adquirir casa própria. O professor recebia um salário de 200 mil-réis, dos quais 115 mil-réis eram destinados para o pagamento do aluguel. A quantia restante e os rendimentos da quitanda de Júlia tinham que ser divididos para sustentar os nove filhos do casal⁵¹.

Não se sabe ao certo qual foi o destino de Balbina-filha após o fechamento do externato. Certamente, ela teve dificuldades para se reposicionar no mercado de trabalho devido às mudanças que dificultavam cada vez mais a empregabilidade de mulheres negras, como demonstro em minha dissertação. Diferente das irmãs, Balbina-filha casou-se com Jeremias Antônio da Silva e foi mãe de seis filhos. Porém, ela acabou criando sozinha Antonio Cesarino Silva, Amancia Cesarino da Silva, Rita Cesarino da Silva, Benta Cesarino da Silva, Balbina Cesarino da Silva e Jeremias Cesarino da Silva, porque o marido também morreu cedo.

Como as suas ancestrais, Balbina Cesarino Silva (Balbina-neta) também atuou na educação. Em 1920, junto com três italianos residentes no bairro Felipão (Afonso Míssio, Vitorio Lovato, Rafael Míssio e José Míssio), Balbina-neta fundou uma capela para alfabetizar as crianças da região, que depois veio a se tornar a escola municipal do bairro. Ela atuou como professora nessa escola por onze anos. Ao longo desse período, dedicou-se com afinco para as alunas, alunos e para as melhorias nas condições do bairro, o que resultou numa destacada atuação na vida pública. Foram atribuídas a ela, por exemplo, as mobilizações para instalação de uma estação de trem no Felipão⁵².

⁵⁰ Daniela Kabengele. *A trajetória do "pardo"*, op. cit., pp. 121-128.

⁵¹ Com muitas dificuldades, um dos filhos do casal, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, conseguiu realizar os estudos, ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1924, se formar em 1928, cursar doutorado entre 1933 e 1934 e ser nomeado professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da mesma universidade em 1948. Daniela Kabengele. *A trajetória do "pardo"*, op. cit., pp. 133-138.

⁵² Idem, p. 121. Ver também: Nunes Eliana Silva. *Na transição rural-urbana*, op. cit., pp. 42-58.



Figura 4 - Balbina Cesarino Silva com os fundadores da capela e escola, em 1920. Montagem de imagens das primeiras décadas do século XX feita pelo fotógrafo Perussi na década de 1970.

Fonte: Eliane Nunes Silva: *Na transição rural-urbana, op. cit.*, p. 52.

Mesmo conseguindo encontrar algum espaço no mercado de trabalho como professora, nem todas as irmãs de Balbina-neta tiveram a mesma sorte. Mesmo que as mulheres dessa família tenham feito esforços para se manterem na posição de professoras, a conquista desse emprego não garantiu a mobilidade social dos filhos de Balbina-filha. Ao analisar os dados do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, encontrei informações sobre Rita Cesarino que eram desconhecidas até da realização da minha pesquisa. Nem os descendentes vivos da família Cesarino sabiam que ela existira.

Rita nasceu em 27 de julho de 1873. No seu registro de batismo consta que seus padrinhos foram Antonio Roberto dos Santos e Josefina Maria de Macedo⁵³. No dia 8 de setembro de 1891, ela foi internada no Hospital de Misericórdia. Por sua descendência, sabemos que tratava-se de uma mulher negra, mas os registros de matrícula dos enfermos não mencionam sua cor. Ela trabalhava como cozinheira e era solteira como as tias Amancia e Bernardina, sendo descrita como “pobre” no registro do hospital. Infelizmente, Rita não resistiu a uma doença, não identificada nos registros médicos, que a levou ao hospital. Ela faleceu aos 20 anos, no dia 5 de fevereiro de 1892⁵⁴.

⁵³ Livro de Batismo da Igreja da Nossa Senhora do Carmo, Campinas, 1870-1875. Registro de batismo de Rita Cesarino da Silva, 1873. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/9JZG-HKT>. Acesso: Maio de 2023.

⁵⁴ Matrículas de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, 1876-1892.

Uma empregada doméstica no meio de gente negra e estudada: o que os silêncios dizem sobre Rita Cesarino?

Como mencionado na seção anterior, o fato dos descendentes da família Cesarino não terem informações nem registros sobre Rita Cesarino é algo que tem me chamado atenção e que estou tratando como um problema historiográfico que, de certa forma, se relaciona com aspectos centrais de sua biografia. O falecimento precoce da cozinheira pode ter sido um dos fatores que influenciou o esquecimento dessa trabalhadora pelas gerações que a sucederam. Porém, a posição que ocupava no mercado de trabalho e os estigmas associados ao ofício no período também podem ter sido causas desse esquecimento.

Na segunda metade do século XIX, as visões dos médicos e dos políticos em relação ao trabalho doméstico passaram por transformações que redefiniram as imagens de controle sobre essas trabalhadoras, em especial, sobre as trabalhadoras negras, como é o caso de Rita Cesarino. O trabalho doméstico feito dentro dos lares e, principalmente aqueles executados nas ruas dos centros urbanos pelas escravas e afrodescendentes livres e libertas foram cada vez mais associados às doenças infames, infecciosas e sexualmente transmissíveis, como a sífilis, as flores brancas e a tuberculose, por exemplo. As práticas morais vistas pelas elites como degradantes, que estavam relacionadas à ascendência africana, conforme parte da classe médica, também foram cada vez mais associadas a essas trabalhadoras⁵⁵.

Como em outras regiões do Brasil, nesse período, os médicos ganharam mais espaço nos debates políticos e, assim, passaram a ocupar um número maior de posições na administração pública de Campinas. De modo que eles implementaram políticas sanitaristas e racistas nos projetos de planejamento urbano, de segurança e saúde pública, de educação e de administração do trabalho. Isso colaborou para a difamação das trabalhadoras negras, a desvalorização das profissões em que elas se destacavam, como a de ama de leite e a de ganhadeira, que desapareceram de Campinas depois de 1850. Esse processo também acarretou na profissionalização de alguns ofícios e no embranquecimento das profissões mais valorizadas socialmente, como aconteceu com o ofício de enfermeira. Esse processo implicou na reconfiguração das tendências raciais no mercado de trabalho urbano e prejudicou a circulação das trabalhadoras negras nesse espaço⁵⁶.

⁵⁵ Taina Silva Santos. *Mulheres negras, mercado de trabalho, op. cit.*, pp. 72-81.

⁵⁶ Taina Silva Santos. *Mulheres negras, mercado de trabalho, op. cit.*, pp. 39-41, pp. 44-47, pp. 61-62. Sobre as ganhadeiras, ver: Laura Fraccaro. *Vidas em liberdade: pequenos*

Certamente, foram por esses motivos que Rita Cesarino não conseguiu se inserir no mercado de trabalho da instrução, um setor restrito e que estava se tornando cada vez mais branco nas últimas três décadas do século XIX. Ainda que o ingresso no trabalho doméstico como cozinheira possa ter sido uma escolha pessoal, as evidências históricas mostram que as oportunidades de emprego para mulheres negras como ela eram muito menores no período, e que o trabalho de cozinha era uma profissão comum para mulheres negras e pobres, ainda que também fosse um ofício no qual a presença de mulheres brancas crescia nas últimas décadas do oitocentos. De acordo com os dados dos registros de matrícula dos enfermos da Santa Casa de Campinas, 17% das mulheres empregadas como cozinheiras eram brancas e 15% eram negras⁵⁷.

Com certeza, ser uma trabalhadora e manter a respeitabilidade numa sociedade que desvalorizava a mulheridade negra foi um desafio com o qual essas mulheres tiveram que lidar de forma constante. Apostar em formas para se diferenciar daquilo que os governos, as elites, o patriarcado e os poderosos diziam sobre as africanas e as afrodescendentes era preciso para transitar em espaços que estavam sendo interditados às pessoas negras⁵⁸. Não é à toa que Balbina Cesarino Silva, a irmã de Rita, foi descrita na certidão de óbito como branca, assim como teve a pele clareada na imagem reproduzida mais acima. De acordo com depoimentos dos moradores do bairro Felipão e ex-alunos da escola, coletados por Eliane Nunes Silva, Balbina-neta era uma mulher nitidamente negra⁵⁹. Certamente, o que ocorreu com Balbina foi algo similar àquilo que fizeram com as representações de Machado de Assis que, devido à notável vida pública, intelectual e política foi representado durante anos como sendo de cor branca.

É provável que o esquecimento de Rita Cesarino também tenha sido motivado por razões semelhantes. Associar-se a uma cozinheira, logo empregada doméstica, em contexto no qual as dificuldades econômicas e as desigualdades raciais comprometiam a manutenção da posição social da família Cesarino, bem vista na cidade de Campinas apesar de serem “pardos”, pode ter sido uma estratégia dos contemporâneos de Rita para

agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850). Mestrado em História: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

⁵⁷ Matrículas de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, *op. cit.*, pp. 61-62.

⁵⁸ Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima e Marcelo Balaban. *Marcadores da diferença: raça e racismo na História do Brasil*. Salvador: Edufba, 2019. Outra obra de referência no assunto é a de Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

⁵⁹ Nunes Eliane Silva. *Na transição rural-urbana*, *op. cit.*, pp. 46-54.

contornar as barreiras impostas pelo racismo, ainda que essas ações implicassem em um posicionamento conservador e alinhado às ideias sobre raça e gênero que circulavam na época. O investimento na educação e a importância do letramento passada de geração em geração entre os membros dessa família também pode ser visto como uma estratégia dessa natureza.

Ainda que as informações levantadas sobre Rita Cesarino até o momento não sejam suficientes para mapear outros momentos da vida dessa trabalhadora negra, os dados de diferentes naturezas reunidos e cruzados permitem estabelecer um ponto de partida valioso para buscar mais pistas sobre essa mulher, além de permitir visualizar como as transformações sociais e políticas, nos tempos da Abolição, impactaram as três primeiras gerações de mulheres da família Cesarino.

Com base na produção historiográfica sobre as mulheres negras e na produção de intelectuais negras do Brasil e da diáspora, procurei analisar diferentes tipos de documentos históricos e buscar informações que me permitissem levantar indícios sobre questões que marcaram as vidas das mulheres negras, na segunda metade do século XIX. De modo que mapeei os processos históricos que corroboraram para a reformulação das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho e, por meio desse caminho, consegui observar de forma um pouco mais precisa, como uma família negra lidou com essas transformações sociais e, diante disso, construiu narrativas sobre si, certamente, com intenção de amenizar as consequências do racismo Brasil.

Por outro lado, a análise de um grande conjunto documental, majoritariamente composto por dados quantitativos cruzados com fontes que permitem análises qualitativas, possibilitou localizar informações biográficas sobre uma mulher negra e pobre, que temos bastante dificuldade em acessar por meio das fontes históricas.

Ainda que as informações localizadas sobre Rita Cesarino não tenham sido produzidas por ela, os dados permitem explorar aspectos da História do racismo, do sexismo e mapear como a invenção dessas hierarquias impactou de forma individual a vida das mulheres negras. Foi dessa forma que lidei com a relação entre as mulheres negras e o trabalho doméstico: algo permeado por nuances e que não se deu de forma contínua. As mulheres negras foram preteridas em diversas posições nos mundos do trabalho, inclusive no trabalho doméstico. E, depois, reposicionadas nessa função como seres naturalmente dispostos a essa profissão. A redução de oportunidades para a comunidade negra, em

especial, para as mulheres negras na segunda metade do século XIX, foi um fator decisivo para que essas trabalhadoras fossem confinadas nesse ofício e que essa profissão se tornasse cada vez mais desvalorizada pela sociedade.

Essa interpretação só foi possível por meio da mobilização de documentos históricos que ainda são pouco usuais nos estudos sobre trabalho e trajetórias, como o Registro de Matrícula dos Enfermos da Santa Casa. Recurso que possibilitou enfrentar leituras generalizantes sobre a experiência negra e que recorrentemente colocam as pessoas mais desfavorecidas nos bastidores da História.

Referências

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina. "Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores". *Antíteses*, 5 (2010), pp. 21-37.
- Almanach Campinense para 1881*. Campinas: Typografia do *Diário de Campinas*, 1880.
- ALMEIDA, Ian Coelho de Souza; CROCE, Marcus Antonio. "Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana". *Revista de Economia do Centro-oeste*, 2 (2016), pp. 19-36.
- ANANINAS, Mauricéia. "Propostas de educação popular em Campinas: 'as aulas noturnas'". *Cadernos Cedex*, 51 (2020).
- BAIRROS, Luiza. "Nossos feminismos revisitados". *Revista Estudos Feministas*, 2 (1995), pp. 458-463.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. (org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*, Campinas: NEPO-Unicamp, 1998. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/sao-paulo-do-passado-dados-demograficos-1836-1920/> Acesso: Setembro de 2023.
- BENTO, Maria Aparecida. *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- CALDWELL, Kia Lilly. "A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil". *Revista da ABPN*, 1 (mar-jun 2010).
- CARNEIRO, Sueli. "Mercado de Trabalho", in: CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 107-118.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.
- CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980", *Cadernos AEL*, 26 (2009), pp. 11-50.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FÉLIX, André; SOUZA, Wilian Bryan da Silva. Dados da participação das mulheres na ciência. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/> Acesso: Setembro de 2023.
- FERNANDES, Flávia de Souza. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro-1920)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- FERREIRA, Lola. "Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia". *Gênero e Número*, 20 de junho de 2018. Disponível

- em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> Acesso: Setembro de 2023.
- FRACCARO, Laura. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho", *Tempo Social*, 18 (2006), pp. 217-240.
- GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- HANZEN, Elstor. "Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico". *Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/> Acesso: Setembro de 2023.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: IPEA, 2011.
- KABENGELE, Daniela. *A trajetória do "pardo" Antônio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Perspectiva/ IPEAFRO, 2019.
- NASCIMENTO, Álvaro. "Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil", *Estudos Históricos*, 59 (2016), pp. 607-626.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em tempos de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na História do Brasil*. Salvador: Edufba, 2019.
- SANTOS, Taina Silva. "Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho: caminhos trilhados e trajetos que ainda podem ser percorridos", in: SILVA, Lúcia Helena; RODRIGUES, Jaime; SOUZA, Airton Félix Silva (org.). *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023, pp. 217-238.
- SANTOS, Taina Silva. *Mulheres negras, mercado de trabalho, racismo e sexismo (Campinas, 1876 - 1892)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- SILVA, Noemi Santos da. *O "batismo na instrução": projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná Provincial*. Mestrado em História: Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SILVA, Nunes Eliane. *Na transição rural-urbana: a passagem da escola mista do bairro Felipão na história da educação pública campineira*. Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- SLENES, Robert W. "Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?". *Revista Brasileira de História*, 10 (1985), pp. 166-196.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.
- WHITE, Debora Gray. "Mining the Forgotten: Manuscript Sources for Black Women's History". *The Journal of American History*, 74 (1987), pp. 237-242.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Recebido em: 31/10/2023.

Aceito em: 10/12/2023.